

# Superior Tribunal de Justiça

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.786.884 - SP (2018/0332650-8)**

**RELATOR** : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
**RECORRENTE** : SONIA FIGUEIROA ESPINOSA  
**ADVOGADO** : FLÁVIO BIANCHINI DE QUADROS - SP220411A  
**RECORRIDO** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : TERSIO DOS SANTOS PEDRAZOLI - SP109940  
**RECORRIDO** : ECONOMUS INSTITUTO DE SEGURIDADE SOCIAL  
**ADVOGADOS** : LEILANE DE PAULA VITOR E OUTRO(S) - SP329237  
FERNANDA GARAVELLI SILVA - SP376965

## EMENTA

*RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. AUSÊNCIA DE DEVIDA DEMONSTRAÇÃO. ENUNCIADO 284/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL COM INTERPRETAÇÃO DIVERGENTE. ENUNCIADO 284/STF. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA.*

*1. A ausência de devida demonstração da obscuridade, omissão ou contradição nas razões recursais remete ao não conhecimento do recurso especial.*

*2. Necessária a indicação expressa do dispositivo legal a que se teria dado interpretação divergente e, ainda, o devido cotejo analítico, não se podendo conhecer do recurso no que concerne ao dissídio.*

*3. O acórdão recorrido encontra-se em estreita sintonia à orientação firmada pela jurisprudência desta Corte Superior, atraindo-se o enunciado 568/STJ.*

*4. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.*

## DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de recurso especial interposto por SONIA FIGUEIROA ESPINOSA, com fundamento nas alíneas "a" e "c" do inciso III do art. 105 da CF, contra o acórdão do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, cuja ementa está assim redigida:

*APELAÇÃO. Ação de revisão de suplementação. Sentença de improcedência. Interposição de recurso pela autora. Demanda que visa à incorporação de verbas eventualmente reconhecidas em ação trabalhista. Descabimento, ante a opção da autora pelo saldamento do benefício na modalidade definida em valor*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*expresso. Precedentes deste E. Tribunal de Justiça. Sentença mantida, prejudicado, assim, o pleito de suspensão do processo. Apelação improvida.*

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Em suas razões recursais, além do dissídio, asseverou a afronta dos arts. 368, 369, 423 e 424 do Código Civil, art. 1.022, I e II, do CPC, e, ainda, art. 28, da Lei nº 8.212/91. Em suma, sustentou-se: a) a negativa de prestação jurisdicional; b) o direito à integralização de todas as verbas salariais obtidas na reclamatória trabalhista; c) inexistir renúncia quando da adesão ao PrevMais; d) a possibilidade de custeio mediante compensação. Pediu o provimento.

Houve contrarrazões.

O recurso foi admitido na origem.

É o relatório.

Passo a decidir.

Inicialmente, registro que o acórdão recorrido foi publicado já sob a vigência da Lei 13.105/2015, razão por que o juízo de admissibilidade é realizado na forma deste novo édito, conforme Enunciado Administrativo nº 3/STJ.

Não há conhecer do recurso especial no tocante à alegada divergência jurisprudencial tendo em vista a ausência de indicação dos dispositivos infraconstitucionais sobre os quais haveria o alegado dissenso, incidindo o enunciado 284/STF.

Ademais, não houve o devido cotejo analítico entre os acórdãos cotejados, para tanto não se prestando a sua mera aposição dentro de um quadro, senão a indicação precisa da similitude fática e divergência de conclusões jurídicas.

Por fim, na forma da jurisprudência desta Corte, é inadmissível a indicação de acórdãos do Tribunal Superior do Trabalho para o fim de demonstrar a existência de dissídio. A propósito:

***AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. PROCESSUAL CIVIL. COTEJO ANALÍTICO NÃO REALIZADO NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MONOCRÁTICA NÃO SERVE COMO PARADIGMA PARA FINS DE DEMONSTRAÇÃO DO***

# *Superior Tribunal de Justiça*

*DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INTELIGÊNCIA DO ART. 266 DO REGIMENTO INTERNO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DO ART. 546 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. PARADIGMA COLACIONADO ORIUNDO DE ACÓRDÃO DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. INVIABILIDADE. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA LIMINARMENTE INDEFERIDOS. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

*1. Consoante a jurisprudência mansa e pacífica desta Corte Superior, "para que sejam admitidos os embargos de divergência, o recorrente deve demonstrar analiticamente o dissídio pretoriano, por meio da transcrição de trechos dos acórdãos paradigma e recorrido" (AgRg nos EREsp 1229335/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, CORTE ESPECIAL, DJe de 18/09/2012). Precedentes.*

*2. Na hipótese, verifica-se que, malgrado o esforço argumentativo, o causídico limitou-se a transcrever trechos de ementas e a repetir, em outras palavras, a tese consignada nos julgados-paradigma, sem demonstrar a suposta identidade de situações e a diferente interpretação eventualmente dada à mesma controvérsia pelos órgãos julgadores desta Corte, o que implica inescusável desatendimento aos requisitos do art. 266, § 1.º, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.*

*3. As decisões monocráticas, a teor do disposto no art. 546, inciso I, do Código de Processo Civil, c.c. o art. 266 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não se prestam como paradigmas para o fim de demonstrar dissídio jurisprudencial. Precedentes.*

*4. "O dissídio, para viabilizar a oposição de embargos de divergência, a teor do art. 266, caput, do Regimento Interno, deve ocorrer entre Acórdãos desta Corte, não servindo para tal fim a indicação de julgados do Tribunal Superior do Trabalho" (AgRg nos EREsp 192.502/RS, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO, SEGUNDA SEÇÃO, DJ de 16/08/1999). Precedente.*

*5. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EREsp 1358931/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, CORTE ESPECIAL, julgado em 16/12/2015, DJe 25/02/2016)*

Assim, não conheço do recurso especial interposto com fundamento na alínea "c" do permissivo constitucional.

No mérito, o juízo sentenciante e o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado

# *Superior Tribunal de Justiça*

de São Paulo, em dupla conformidade, julgaram improcedentes os pedidos, tendo em vista ter a autora optado pelo saldamento do plano com benefício definido, migrando para plano de contribuição variável denominado Prevmais.

A propósito, pontuou o acórdão recorrido:

*A ré Economus informou e comprovou que a autora, em 01 de agosto de 2006, celebrou o "Termo de Adesão ao Saldamento e ao Prevmais" (fls. 372), manifestando sua opção pelo saldamento do benefício em modalidade definida, com valor expresso de R\$ 2.283,30, de forma irretratável e irrevogável, razão pela qual ela não tem direito a qualquer outra complementação ao seu benefício.*

*O negócio jurídico pertinente ao saldamento configura ato jurídico perfeito e acabado, firmado por livre e espontânea vontade da autora,- tanto que não há notícias nos autos de propositura de ação declaratória de sua nulidade ou mesmo alegação de vício de consentimento.*

Tocante à alegação de negativa de prestação jurisdicional, tenho que o recurso não pode ser conhecido, na forma do enunciado 284/STF.

O acórdão recorrido, em face do pedido de complementação de aposentadoria, fora claro ao concluir pela improcedência em face da migração de planos ocorrida, não se podendo formular pedidos em relação à relação previdenciária estabelecida originariamente se não desfeito o negócio jurídico celebrado entre as partes e que resultara no saldamento dos valores anteriormente vertidos pelo participante.

Em sede de recurso especial, a parte recorrente limitou-se a apontar quer o acórdão teria sido omisso em relação aos dispositivos de lei por ela indicados, sem, todavia, demonstrar a relevância dos referidos dispositivos, à luz dos fundamentos apontados no acórdão.

Ademais, solvida a questão com base da existência de negócio do qual resultara a migração de planos previdenciários, não haveria falar em omissão acerca do direito à complementação do benefício com base nas verbas reconhecidas na Justiça laboral, das particularidades dos regulamentos e da compensação como fonte do custeio, pois se acabou por superar os argumentos

# *Superior Tribunal de Justiça*

em face dos fundamentos adotados.

No mérito, esta Corte Superior examinara os direitos porventura existentes em face da migração de planos previdenciários e do saldamento dos valores relativos a planos anteriores, concluindo pela prévia necessidade de desconstituição do acordo para que se possa pretender obter o reconhecimento de direitos relativos ao plano original.

A propósito:

*PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO. RAZÕES QUE NÃO ENFRENTAM O FUNDAMENTO DA DECISÃO AGRAVADA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. REPACTUAÇÃO. REVISÃO COM BASE EM REGULAMENTO ANTERIOR. IMPOSSIBILIDADE. RESP 1.551.488/MS. REEXAME DE PROVAS. SÚMULAS 5 E 7/STJ.*

*1. As razões do agravo interno não enfrentam adequadamente o fundamento da decisão agravada.*

*2. Nos termos da jurisprudência consolidada nesta Corte sob o rito dos repetitivos, "em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária" e "Em havendo transação para migração de plano de benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante" (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/6/2017, DJe 1/8/2017) 3. Não cabe, em recurso especial, reexaminar matéria fático-probatória e a interpretação de cláusulas contratuais (Súmulas 5 e 7/STJ).*

*4. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 545.751/SE, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 29/10/2019, DJe 19/11/2019)*

*EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO. SUPRIMENTO. CARÁTER INFRINGENTE. POSSIBILIDADE. EXCEPCIONALIDADE. PREVIDÊNCIA PRIVADA. MIGRAÇÃO DE PLANO. REVISÃO DO VALOR DO BENEFÍCIO. REGRAS DO CONTRATO EXTINTO. ANULAÇÃO DA TRANSAÇÃO EXTRAJUDICIAL. NECESSIDADE. DECADÊNCIA DO DIREITO.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

1. Os embargos de declaração são cabíveis para suprir omissão do acórdão.
2. Admite-se, excepcionalmente, que os embargos, ordinariamente integrativos, tenham efeitos infringentes desde que constatada a presença de um dos vícios do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, cuja correção importe alterar a conclusão do julgado.
3. Aplica-se o prazo decadencial de 4 (quatro) anos nas demandas em que houve a migração do participante de plano de benefícios, por meio de transação extrajudicial, e que buscam a aplicação de critérios estatutários extintos. Isso porque seria necessário declarar-se previamente a nulidade, por vício de consentimento, do ato negocial transigido, com a repristinação do contrato original, hipótese dos autos.
4. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes. (EDcl no AgInt no REsp 1341656/RS, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 12/08/2019, DJe 14/08/2019)

RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E CONTRATO DE TRANSAÇÃO. MIGRAÇÃO E RESGATE. INSTITUTOS JURÍDICOS DIVERSOS, QUE NÃO SE CONFUNDEM. A SÚMULA 289/STJ LIMITA-SE A DISCIPLINAR O INSTITUTO JURÍDICO DO RESGATE, MEDIANTE O QUAL HÁ DESLIGAMENTO DO PARTICIPANTE DO REGIME JURÍDICO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR, ANTES MESMO DE AUFERIR OS BENEFÍCIOS PACTUADOS. TRANSAÇÃO PARA MIGRAÇÃO DE PLANO DE BENEFÍCIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA DA RESERVA DE POUPANÇA E/OU DO BENEFÍCIO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. INAPLICABILIDADE. NOS PLANOS DE BENEFÍCIOS ADMINISTRADOS PELAS ENTIDADES FECHADAS, HÁ SOLIDARIEDADE NA DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS POSITIVOS OU NEGATIVOS. CONTRATO DE TRANSAÇÃO. NEGÓCIO JURÍDICO ONEROSO, UNITÁRIO E INDIVISÍVEL, TENDO POR ELEMENTO ESSENCIAL A RECIPROCIDADE DE CONCESSÕES.

1. As teses a serem firmadas, para efeito do art. 1.036 do CPC/2015 (art. 543-C do CPC/1973), são as seguintes: 1.1. Em caso de migração de plano de benefícios de previdência complementar, não é cabível o pleito de revisão da reserva de poupança ou de benefício, com aplicação do índice de correção monetária.

1.2. Em havendo transação para migração de plano de

# *Superior Tribunal de Justiça*

*benefícios, em observância à regra da indivisibilidade da pactuação e proteção ao equilíbrio contratual, a anulação de cláusula que preveja concessão de vantagem contamina todo o negócio jurídico, conduzindo ao retorno ao statu quo ante.*

**2. No caso concreto, recurso especial provido. (REsp 1551488/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 01/08/2017)**

Não cabe, ademais, a esta Corte Superior interpretar as cláusulas do negócio celebrado entre as partes, na forma do enunciado 5/STJ.

## **Ante o exposto, não conheço do recurso especial.**

Com fundamento no art. 85, §11, do CPC, majoro os honorários de advogado a que condenado o recorrente na origem em R\$ 1.000,00, atentando-se para a gratuidade judiciária, acaso anteriormente deferida.

Advirto as partes que a oposição de incidentes manifestamente improcedentes e protelatórios dará azo à aplicação das penalidades legalmente previstas.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

**MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**Relator**